

**CIELO S.A.**  
**CNPJ 01.027.058/0001-91**  
**NIRE 35.300.144.112**

## **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do seu Estatuto Social, a Cielo S.A. (“Companhia”) convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 17 de abril de 2020, às 10 horas, na sede social situada na Alameda Xingu, 512, Alphaville, CEP 06455-030, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **Em Assembleia Geral Ordinária**

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, que compreenderá a ratificação do montante de proventos distribuídos;
- (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração;
- (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração;
- (v) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal;
- (vi) Fixar o número de membros do Conselho Fiscal;
- (vii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; e
- (viii) Deliberar sobre a proposta de remuneração global dos administradores e dos conselheiros fiscais para o exercício social de 2020.

#### **Em Assembleia Geral Extraordinária**

- (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, de modo a (a) complementar o artigo 2º com dois itens na descrição do objeto social, nos termos da Proposta da Administração; e (b) ajustar duas referências cruzadas nos artigos 35 e 36, sem efeitos materiais; e
- (ii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta de Administração, bem como todas as demais informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, estão à disposição dos acionistas no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.cielo.com.br>) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Contábeis foram publicados nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico” na edição de 28 de janeiro de 2020.

Em razão da adoção do sistema de votação a distância para as assembleias, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas poderão participar das assembleias presencialmente ou pelo envio do boletim de voto a distância, que poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida, para tanto, bem como as instruções de envio, constam do próprio boletim de voto a distância e do Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, que se encontram disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.cielo.com.br>), e nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Os acionistas que optarem por participar das assembleias pessoalmente deverão comparecer ao local da sua realização e apresentar via original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas Jurídicas: (i) versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores; (ii) demais documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.

Fundos de Investimentos: (i) versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.

Com relação à participação por meio de procurador, o acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja acionista, advogado,

instituição financeira ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.<sup>1</sup>

As procurações deverão ter sido outorgadas por escrito em instrumento físico e o procurador ou seu representante legal deverá comparecer às assembleias munido de vias originais ou cópias autenticadas dos documentos que comprovem sua identificação.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1.º e §2º do Código Civil (Lei nº 10.406/02), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

Documentos expedidos no exterior deverão passar por processo de notariação, consularização ou apostilamento, conforme o caso, e acompanhar a respectiva tradução juramentada, feita por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, registrada no Registro de Títulos e Documentos.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das assembleias, cópias digitalizadas dos documentos acima citados também poderão ser encaminhadas para o e-mail [societario@cielo.com.br](mailto:societario@cielo.com.br).

Nos termos do Artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por e-mail, com envio da mensagem para [ri@cielo.com.br](mailto:ri@cielo.com.br).

Barueri, 17 de março de 2020.

**Marcelo de Araujo Noronha**  
Presidente do Conselho de Administração

<sup>1</sup> Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578.